

ORIGEM E FORMAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA: uma análise crítica do processo em um contexto histórico

ORIGIN AND FORMATION OF THE SYSTEM OF HIGHER EDUCATION OF THE STATE OF BAHIA: a critical analysis of such a process in a historical context.

Antonia Carlinda Cunha de Oliveira¹

José Lima de Menezes²

Hélio Ponce Cunha³

Resumo: Este artigo tem como propósito abordar a origem e expansão do sistema estadual de educação superior do Estado da Bahia. Com base em uma pesquisa exploratória e uma pesquisa bibliográfica, leva-se à reflexão os seguintes questionamentos: Quais os fatores determinantes para a interiorização e expansão da educação superior em polos geoeducacionais no interior baiano? Quais os impactos da interiorização e expansão da educação superior nas regiões de inserção e na região de seu entorno? Quais as contribuições efetivas das universidades estaduais para realizar o seu compromisso social? Com este itinerário, quer-se compreender, com base na literatura acerca do tema, todo o processo que envolveu a escolha política do governo estadual em promover a interiorização e expansão da educação superior como estratégia de base para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Interiorização e Expansão da Educação Superior Estadual. Universidade. Bahia. Desenvolvimento Regional

Abstract: This article aims to address the origin and expansion of the state system of higher education of the State of Bahia. Based on an exploratory research and a bibliographical research, the following questions are led to reflection: What are the determining factors for the internalization and expansion of higher education in geo-educational centers in the interior of Bahia? What are the impacts of the internalization and expansion of higher education in the insertion regions and the surrounding region? What are the effective contributions of state universities to fulfill their social commitment? With this itinerary, we want to understand, based on the literature on the subject, the whole process that involved the political choice of the state government to promote the internalization and expansion of higher education as a basic strategy for regional development.

Keywords: Origin. Expansion. Internalization. Higher Education. Regional Development.

1. Introdução

É lugar comum conceber a educação como fator estratégico de desenvolvimento. Ao lançar um olhar em nosso entorno, é possível identificar diversos exemplos dos efeitos da educação para a mobilidade social, para o desenvolvimento dos povos, para a

¹Doutora em Desenvolvimento Regional - Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana

Fone: (75) 3161-8051 - E-mail: antoniacarlinda@terra.com.br

²Mestre em Direito - Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana -

Fone: (75) 3161-8252 - E-mail: zedelima@terra.com.br

³Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana

Doutor em Desenvolvimento Regional

Fone: (75) 3161-8051

E-mail: helioponce@gmail.com

emancipação do indivíduo e para a construção da cidadania. Sem dúvidas, a educação se oferece como relevante recurso à autonomização do sujeito, na medida em que cria as condições para ele compreender, interpretar e interferir na realidade que lhe é pertinente.

Como defende Mézáros,

O papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2005, p.65)

Muitos têm sido os exemplos de culturas e países que se desenvolveram tendo a educação como caminho prioritário. Este pressuposto não se fez alheio na Bahia. A opção estratégica de desenvolvimento, posta no Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), tendo em conta o panorama crítico da época, não obstante conferir prioridade ao desenvolvimento econômico, privilegia também o desenvolvimento social, ao eleger a educação como um recurso estratégico para viabilizar o desenvolvimento setorial integrado e incorporar, no conjunto de ações previstas,

[...] um programa de educação, compreendendo o suprimento das carências na educação de base para a população em idade escolar e conforme imperativo constitucional, e a ampliação das oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento nas técnicas reclamadas imediatamente no atual estágio processo de desenvolvimento [...] (BAHIA – CPE, 1970, fls. 19-20 *apud* SPINOLA, 2009a, p. 282).

Fica evidente, em tais condições, que o início do processo de interiorização e expansão do ensino superior estadual, no final da década de sessenta, sugere que a educação se faz estratégica para o desenvolvimento regional, em articulação com a proposta do PLANDEB, de promover o desenvolvimento integrado entre indústria, comércio e serviços. Esta perspectiva sugere a existência de um vínculo estreito entre educação e renda. Neste ponto, interessa trazer a visão da política proposta pelo PLANDEB, no que tange ao papel e à perspectiva que se confere à educação, no contexto de desenvolvimento da Bahia:

[...] a diretriz dominante é utilizar a educação como um instrumento de desenvolvimento econômico e social. Parte-se do conceito de que se a educação não pode, por si só, determinar ou condicionar o desenvolvimento, não há como negar que ela é - se bem orientada nesse sentido - forte incremento ao processo desenvolvimentista, como inversão de capital social destinada a valorizar o homem através da preparação conveniente e oportuna da mão-de-obra para as novas tarefas na indústria, no campo e nos serviços (PLANDEB, 1963, p.7).

A partir desta concepção, propõe-se estabelecer um marco histórico para identificar as motivações que impulsionaram a interiorização do sistema estadual de educação superior e, em seguida, a sua expansão. Assim, compreender esse curso de ação requer identificar os cenários socioeconômico e político do período que antecedeu e, ao mesmo tempo, impulsionou tal processo. Por certo, a temática permite ecléticas possibilidades de abordagem. Contudo, para adentrar neste campo de discussão, tendo em vista a proposta aqui admitida, coloca-se em destaque as implicações da política estadual de educação superior com a história da educação superior brasileira. Em seguida, mais especificamente, aborda-se a respeito da implantação das universidades públicas estaduais como estratégia de desconcentração espacial da educação superior e de desenvolvimento regional.

2. O COMEÇO DO COMEÇO: o inevitável percurso histórico à compreensão do contexto em que ocorre o fenômeno.

Ao assumir o governo do Estado da Bahia, Otávio Mangabeira (1946-1950) se defronta com uma economia estacionária, situação que veio a ser denominada de “enigma baiano” (SPINOLA, 2009; ALBAN, 2005). Naquele momento, entre 1940 e 1950, a economia baiana, tendo em conta a sua limitada participação na economia nacional, apresentava um descompasso *vis-à-vis* estados da região Sudeste, notadamente, São Paulo e Rio de Janeiro.

A Bahia vivenciava, àquela época, a sua “transformação de região hegemônica em região periférica” (ALBAN, 2005, p. 2). Frente a tal quadro, na agenda governamental se mostra explícita a vontade política em promover o desenvolvimento econômico e social da Bahia tendo como recurso estratégico o desenvolvimento integrado dos setores industrial, comercial e de serviços, associadas ações prioritárias no campo da educação. O panorama, dada a sua gravidade, gerava discussões entre os intelectuais baianos. No seu auge, destacam-se figuras ilustres da intelectualidade baiana, como Pinto Aguiar, Luis Henrique Dias Tavares, Rômulo Almeida, Clemente Mariani, que buscavam entender as razões da decadência da economia baiana e sua não industrialização (*desindustrialização*), ao tempo em que pretendiam reunir argumentos em favor da necessidade nacional da sua recuperação de maneira a desvendar e superar o “enigma baiano” (SPINOLA, 2009; ALBAN, 2005). Em suma, o “enigma baiano” consistia em saber o porquê da não industrialização da Bahia ou da sua “*desindustrialização*”.

Fatores fundamentais, em sua maioria de natureza econômica, explicavam a situação estacionária da economia baiana. Entre eles, destacam-se: a perda de importância do açúcar no comércio exterior e sua crise com o fim da escravidão (MARIANI, 1977 *apud* SPINOLA, 2009, p. 84); a quase nula imigração (ALMEIDA, 1977, *apud* SPÍNOLA 2009, p. 83); o baixo poder aquisitivo do mercado local; a resistência do capital agrário-exportador ao crescimento da indústria; a mão-de-obra pouco qualificada; a inexistência de poupança interna; a falta de insumos básicos e de mercado consumidor local (AGUIAR, 1958); a pouca vocação da elite agrário-exportadora para o empreendedorismo; o atraso tecnológico e a existência de um grande contingente de analfabetos, decorrente da falta de escolaridade dos negros, os quais representavam a maioria da população de Salvador e se encontravam excluídos do sistema educacional (SPINOLA, 2009). Este quadro de análise trazia um diagnóstico desolador. Demonstrava que a Bahia não dispunha das condições mínimas necessárias ao desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo em que se mostrava perplexa frente a tal panorama, a Bahia acalentava a expectativa de reverter esta dinâmica involutiva, por meio do planejamento (ALBAN, 2005).

“O planejamento regional baiano [...] teve sua expressão mais autêntica no Plandeb que, editado em 1959, influenciou as ações governamentais na Bahia, até a década de 80” (SPINOLA, 2003, p. 101). Dentre um amplo leque de proposições, o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), inspirado na visão cepalina, pretendia impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado, tendo como carro-chefe a industrialização. Além de reportar-se à eficácia do gasto público, o PLANDEB tratava de importantes questões relacionadas com a educação e a saúde, como também com o desenvolvimento integrado dos setores econômicos (SPINOLA 2009a, p. 277; 2009b, p. 19). Neste contexto, face aos desdobramentos da política de desenvolvimento implantada a partir da década de 60 e assumida pelos governos seguintes, teve início o segundo período do processo de industrialização da Bahia (entre final da década de 60 e início dos anos 80), quando o Estado experimenta um significativo ritmo de crescimento. As ações de industrialização intensificam-se, sobretudo, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966, do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978, e com a extração e processamento de petróleo no Recôncavo pela Petróleo do Brasil S.A. (PETROBRÁS) (TEIXEIRA; GUERRA, 2000; SPINOLA, 2003, p. 137).

O processo de concentração industrial na região Metropolitana de Salvador (RMS) deixava às claras o aprofundamento das desigualdades dentro do território baiano, porquanto o interior do Estado se encontrava em estagnação. Assim, para atender à política de desenvolvimento regional, atenuar os desequilíbrios entre regiões e promover a desconcentração industrial em torno da RMS, foi criado, em 1970, no município de Feira de Santana, o Centro Industrial Subaé (CIS), primeiro Distrito Industrial (DI) do interior do Estado. Em seguida, foram elaborados pela Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), em 1974, os planos diretores dos distritos industriais de Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié e Juazeiro.

A escolha dos municípios para implantação dos DI foi orientada por “critérios definidores de polarização regional pelas cidades que à época já desempenhavam papel central na hierarquia funcional urbana do Estado” (SPINOLA, 2003, p. 204). Para esta finalidade, elegeram-se, como bases de referência, aspectos demográficos, infraestrutura básica disponível, localização geográfica estratégica e potencial de aglutinar as atividades econômicas regionais, entre outras que se colocaram, naquele momento, como fator de atratividade para a localização industrial.

Seguindo o compasso da onda desenvolvimentista que envolvia o país a partir da década de 60, e perseguindo os objetivos do seu projeto de desconcentração industrial e de desenvolvimento, o governo do Estado da Bahia assume a opção política de implementar um programa arrojado de interiorização da educação superior, em face da ausência da União em promover a sua expansão no território baiano. Para este propósito, estabelece a organização espacial da educação superior no Estado em estreita consonância com a divisão de seu território em Regiões Administrativas, fato que enuncia a relevância da educação para o desenvolvimento regional.

Importa observar que, na conjuntura daquele momento, a qualificação de mão de obra se torna imperativa para suprir as necessidades da indústria emergente, da burocracia estatal e a carência de professores com formação adequada para atender ao ensino das classes iniciais, que só poderia ser viabilizada com a expansão do sistema de educação superior. Ao mesmo tempo, verifica-se no interior do Estado uma demanda reprimida por cursos de educação superior. Era grande o contingente de jovens e adultos que almejavam ingressar neste sistema de ensino. Muitos, por razões diversas, tinham suas aspirações frustradas, uma vez que, para a grande maioria, era inviável transferir-se para Salvador, capital do Estado, onde estava concentrada a quase totalidade de instituições de ensino superior. Como registra Cunha (2002, p. 47), era progressiva a quantidade de

jovens provenientes de famílias sem tradição em instrução superior, bem como de adultos que buscavam a educação superior com o objetivo de se ilustrar ou melhorar suas posições no emprego. Este cenário impulsionou, em grande medida, os requerimentos crescentes, por parte de lideranças políticas e segmentos locais da sociedade organizada em prol da implantação de unidades de educação superior nas sedes-regionais das denominadas Regiões Administrativas (MIDLEJ, 2004; BOAVENTURA, 2009). Entretanto, destaca Midlej (2004, p.121) que “a interiorização, como meta institucionalizada para integrar a educação ao desenvolvimento regional do Estado, tem um importante papel no contexto da expansão do Ensino Superior, mas ressoa-se dos efeitos políticos e econômicos [...]”. Primeiro, em razão das crises econômicas que reduziram a capacidade de investimento por parte do governo (OLIVEIRA, 2009). Em segundo, pelas pressões político-partidárias que tiveram forte influência no processo de implantação das instituições estaduais de educação superior no Estado, criando condições para que se estabelecessem, nesse processo, o clientelismo político, face às promessas eleitoreiras (NEVES, 1987).

3. A educação superior na Bahia: um breve diagnóstico - quando tudo começou...

O primeiro curso de ensino superior do Brasil, o de Medicina, foi implantado na Bahia, por D. João VI, em 18 de fevereiro de 1808, oriundo da antiga Escola de Cirurgia da Bahia (BOAVENTURA, 2009; CUNHA, 2002). Em seguida, foram criados os cursos anexos de Farmácia (1832) e de Odontologia (1884). Em 1877, foi instituído o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, que após mudanças passou a ser a Escola de Agronomia de Cruz das Almas, vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia. Em 1967, quando integrada à Universidade Federal da Bahia (UFBA) (BOAVENTURA, 2009), passa a ser denominada de Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, embrião da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Gradativamente, surgem os cursos de Arquitetura (1877), a Faculdade Livre de Direito (1891) e o Instituto Politécnico (1896), posteriormente transformado em Escola Politécnica, a Fundação Visconde de Cairu (1905), a Faculdade de Ciências Econômicas (1905) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941) (NEVES, 1987; CUNHA, 2002, p. 69-70, BOAVENTURA, 2009).

Em que pese existirem, na Bahia, escolas de ensino superior desde o Império, a primeira instituição universitária da Bahia surge em 1946, com a criação da Universidade da Bahia, posteriormente, denominada Universidade Federal da Bahia (UFBA) (OLIVEIRA, 2009; BOAVENTURA, 2009).

A UFBA foi originária da reunião de oito escolas de ensino superior existentes, dentre as quais, três foram criadas pelo Governo do Estado da Bahia: a Escola Politécnica (1896), e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941), ambas incorporadas à UFBA em 1946; e a Escola Agrícola da Bahia (criada em 1877 e que, no Governo Landolfo Alves, 1938-1942, passou à condição de Escola de Agronomia em Cruz das Almas) incorporada, à UFBA, em 1967 (CUNHA, 2002; FIALHO, 2006; BOAVENTURA, 2009; 2011).

Até 2005, quando foi criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a UFBA foi a única universidade mantida pela União no território baiano. Ao longo dos anos, a UFBA se manteve sem expansão de vagas e com limitada infraestrutura física e acadêmica (SERPA, 1995), o que causava um grande déficit por vagas na educação superior na Bahia. Este quadro veio a provocar a expansão da educação superior estadual.

Dentre as instituições privadas, verifica-se, na década de 50 do século passado, a existência da Faculdade Católica de Filosofia, da Faculdade de Serviço Social (1952) e da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (1952), incorporadas à Universidade Católica do Salvador (UCSal), quando da sua criação em 1961 (BOAVENTURA, 2009). A partir da década de 60 do século passado, cresce o número de instituições particulares, a exemplo da Faculdade de Direito (Ilhéus), da Faculdade de Filosofia (Itabuna), da Faculdade de Ciências Econômicas (Itabuna), que reunidas em 1974, formam a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI); da Escola Superior de Estatística (1966), da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (1961), localizada em Juazeiro, da Faculdade de Educação da Bahia criada, em 1967, por iniciativa da professora Olga Pereira Mettig e da Escola de Administração de Empresas da Bahia (1972), que é a gênese da Universidade Salvador (UNIFACS), criada nos anos 90 do século passado, atualmente pertencente ao grupo LaureateInternationalUniversities.

Em sua maioria, até 1968, exceto a FESPI, a Faculdade de Agronomia da UFBA, em Cruz das Almas e a Escola de Agronomia do Médio São Francisco, em Juazeiro, praticamente, todo o sistema de educação superior estava concentrado em Salvador,

capital do Estado, tendo como única instituição pública, a UFBA (NEVES, 1987; SERPA, 1995; CUNHA, 2002; BOAVENTURA, 2009).

Ainda nos anos 1980, a concentração de cursos e de instituições de ensino superior, na capital do Estado, era significativa. Existiam em todo o Estado, 20 instituições de educação superior, sendo: 3 universidades- UCSal, UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); 01 Federação de escolas (FESPI); 16 estabelecimentos isolados de ensino superior, que juntas ofereciam 93 cursos de graduação, sendo 67 na capital e 26 no interior do Estado (BOAVENTURA, 2009, p. 56).

3.1 A educação superior na Bahia e suas vocações

As vocações enunciadas pelo sistema de educação superior baiano apontam, já em sua gênese, para uma estratégia direcionada ao desenvolvimento regional em estreita sintonia com a atividade econômica relevante.

Já no período do Império, a educação superior da Bahia revela a sua vocação para o setor agrícola. Na década de 50 do século passado, agrega mais uma vocação: a pecuária. A partir da década de 60 do século passado, volta-se para formação de professores e, logo em seguida, retoma o seu papel de formação profissional com vistas a atender às necessidades advindas do contexto socioeconômico.

Ainda na segunda metade do século XX, era evidente a perda de prestígio político da Bahia junto ao governo central, de modo que, como ocorrera anteriormente em relação às políticas federais, mais uma vez a Bahia não é plenamente contemplada no programa de implantação de universidades federais. Assim, tendo em conta esse cenário e as consequências da estagnação econômica, dentro de sua agenda de políticas públicas, o Estado da Bahia promove, a partir de 1968, uma ação direta com vistas à interiorização e, posteriormente, à expansão da educação superior.

Como já apontado, entre o período imperial e a década de 60 do século passado, há registros da existências de cursos em áreas diversas. Contudo, o que se destaca são as ações concentradas e direcionadas a determinada área/atividade que se mostre relevante do ponto de vista do desenvolvimento social ou econômico, sob o prisma das políticas públicas assumidas.

A vocação para a agricultura manifesta-se, inicialmente, com a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA), criado por Dom Pedro, em 1859, no município

de São Francisco do Conde. Posteriormente, vinculada ao IIBA, foi instituída a Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB), em 1877. No ano de 1905 a IEAB ao transformar-se no Instituto Agrícola da Bahia, passa para a jurisdição do Estado da Bahia. Em 1931 a Escola Agrícola da Bahia é transferida para Salvador e em 1943 é novamente transferida para Cruz das Almas, como a denominação de Escola Agrônômica da Bahia, que, da mesma forma que a Escola de Medicina Veterinária, criada em 1951, estava vinculada à Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia. Em 1967, ambas, Escola de Medicina Veterinária e Escola de Agronomia da Bahia, passam a integrar a Universidade Federal da Bahia, esta última, com a denominação de Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (AGRUFBA) (CUNHA, 2002, FIALHO, 2006; BOAVENTURA, 2009; 2011)

A criação, em 1961, da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), por lideranças locais de Juazeiro (BA), reafirma o foco da educação superior na agricultura. Esta instituição, desde o governo de Lomanto Junior (1963-1967) teve sua manutenção assegurada pelo Estado da Bahia quando posteriormente foi incorporada à Universidade da Bahia (UNEB). Até 1967, era a única IES sob a jurisdição estadual, atrelada à estrutura administrativa da Secretaria de Agricultura, sendo posteriormente transferida para a Secretaria de Educação e Cultura, que envida esforços para o seu reaparelhamento e ampliação (BOAVENTURA, 2009).

Como se pode constatar, em seu início, a educação superior baiana teve um enfoque direcionado ao setor primário da economia, quando ainda era predominante a atividade agroexportadora, centrada na exportação de açúcar, cacau, fumo, café, algodão e na emergente pecuária que adentrava os sertões, tendo um papel relevante no suprimento alimentar da população urbana e na ocupação do território (SPINOLA, 2009).

A oferta de cursos no sistema de educação superior seguia assim, o ritmo determinado por cada contexto político ou panorama socioeconômico. Entre as décadas de 40 e 50 do século passado, a indústria baiana se concentrava no setor alimentício e, ao mesmo tempo, apresentava notável estagnação dos setores fumageiro e têxtil, quando a partir do final da década de 60, a indústria baiana toma novo impulso, em decorrência do surto desenvolvimentista que confere novos rumos ao país (GUERRA; TEIXEIRA, 2000; SPINOLA, 2009). Acompanhando esse novo período, começa a expansão da educação superior na Bahia.

A onda de desenvolvimento entre os anos 1960 e 1980, impulsiona a expansão da educação superior no Brasil e, em particular, na Bahia, quando o governo estadual

assume o papel de principal protagonista do processo de interiorização e expansão da educação superior, opção política, expressa no Plano Integral de Educação e Cultura do Governo do Estado, elaborado em 1969 (CUNHA, 2002; MIDDLEJ, 2004).

Num primeiro momento, o governo baiano depara-se com a emergência de suprir a carência de professores e formá-los para atender à crescente expansão da rede pública estadual de ensino de 1º e 2º graus (à época, denominados cursos primário e ginásial, respectivamente) que exigia a fixação, no interior, de pessoal habilitado para o exercício do magistério (NEVES, 1987; MIDDLEJ, 2004; FAGUNDES, 2011). Em segundo momento, a educação amplia o seu foco para atender as necessidades sociais e econômicas pela formação de quadros profissionais (BOAVENTURA, 2009).

4. O prenúncio de uma nova era da educação superior da Bahia: interiorização e expansão – o surgimento das universidades estaduais.

A interiorização da educação superior da Bahia tem início no final da década de 60 do século passado, por intervenção direta do Estado, com a implantação das Faculdades de Formação de Professores em Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista e Alagoinhas.

Em Feira de Santana são implantados os cursos de Letras (1968), o curso de Estudos Sociais (1969) e o curso de Ciências e Matemática criado em 1970, ano em que se instala a Faculdade de Educação de Feira de Santana, embora não tivesse o curso de Pedagogia (BOAVENTURA, 2009, 2011). As Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas e Vitória da Conquista foram criadas em 1969. A de Jequié, embora criada em 1970, somente veio ter autorização para funcionamento, em 1976, com a oferta do curso de Licenciatura curta em Ciências.

Com forte predominância para a formação de professores, o sistema de educação superior estadual recebe dos governos seguintes (Antônio Carlos Magalhães, Roberto Santos e João Durval Carneiro), atenção especial à continuidade de sua expansão nas diversas sedes regionais do interior do Estado, para atender às necessidades sociais e econômicas locais (MIDDLEJ, 2004; BOAVENTURA, 2009). Criam-se, então, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caitité, a Faculdade de Formação de Professores de Jacobina e a Faculdade de Formação de Professores de Santo Antonio de Jesus. Estas instituições, mais tarde, servirão de embrião para a implantação das universidades estaduais no interior do Estado (NEVES, 1987; BOAVENTURA, 2009).

Embora tradicionalmente, as universidades estaduais tenham surgido da reunião de faculdades isoladas, como ressalta Boaventura (2009, 2011), a UEFS foi a única instituição que fugiu a tal procedimento.

4.1 As universidades estaduais: semeando o desenvolvimento

As instituições universitárias estaduais surgem fortemente vinculadas ao desenvolvimento regional e com perceptível esforço para ajustar sua oferta de cursos às demandas socioeconômicas. As duas instituições universitárias, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) localizada em Feira de Santana, e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) localizada no município de Ilhéus (rodovia Ilhéus-Itabuna), constituídas como unicampus, têm como espaço de influência a Região do Paraguaçu e as Regiões Sul e Extremo Sul do Estado, respectivamente. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como o nome já indica, tem âmbito regional, constituída sob o regime multicampi, nos municípios de Vitória da Conquista (sede), Jequié e Itapetinga. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), também estruturada sob a forma de sistema multicampi, se encontra presente na quase totalidade os 417 municípios do Estado⁴ Esta configuração delineou atuações diferenciadas das universidades nas regiões de inserção e de seu entorno, com destaque para a UNEB, que, por ter abrangência em quase todas as regiões do Estado, apresenta uma participação mais ampla e significativa.

4.1.1 A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

O município de Feira de Santana detém uma posição estratégica no contexto dos municípios baianos. Além disso, Feira de Santana é a maior cidade do interior da Bahia com papel de destaque na região de seu entorno, uma vez que possui importantes economias de aglomeração. Além de se constituir em maior entroncamento rodoviário do norte-nordeste, dispõe do maior parque industrial, comercial e financeiro depois da RMS. A dimensão do município no contexto regional e a sua pujante atividade

⁴Disponível em :<<https://portal.uneb.br/a-uneb/>>. Acesso em 21 de set. 2019

econômica, vieram a se constituir em justificativa para a implantação da UEFS, desde os primeiros momentos.

A UEFS foi criada sob a forma de fundação (Fundação Universidade Estadual de Feira de Santana – FUFES), pela Lei n.º 2.784 de 24 de janeiro de 1970, durante o governo de Luís Viana Filho (1967-1971). A autorização para seu funcionamento ocorre em 27 de janeiro de 1976, mediante Parecer nº 26/76 do Conselho Federal de Educação (CFE) (BOAVENTURA, 2009, 2011). Durante dez anos, a UEFS foi a única universidade estadual. Com o seu reconhecimento, em 1986, após 5 anos, em 1991, o Estado da Bahia solicitou ao Conselho Federal de Educação delegação de competências que possibilitou a autonomia ao sistema de educação superior da Bahia (BOAVENTURA, 2009).

Conforme dados institucionais, no segundo semestre de 2017, a UEFS ofereceu 951 vagas em 31 cursos de graduação com um contingente de 8.535 alunos ativos. Considerando o mesmo período, na modalidade *Stricto Sensu*, nos 21 cursos, foram matriculados 618 alunos no mestrado e 162 no doutorado. A produção científica apresentou, no mesmo período, 2.937 publicações, entre teses, dissertações, artigos científicos, livros, entre outras. Com 159 grupos de pesquisa, responde, ainda, por 644 projetos de pesquisa. Na área extensionista foram realizadas 190 atividades, com um público estimado de 185.791.

4.1.2 A Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

A UNEB foi fundada em 1983, no governo de João Durval Carneiro, através da Lei Delegada nº 66/83 de 1º de junho de 1983, com sede e foro na cidade do Salvador e jurisdição em todo o Estado da Bahia. Sua autorização de funcionamento deu-se através do Decreto Presidencial nº 92.937, de 17 de julho de 1986. A partir da Lei Estadual nº. 7.176/97, de 10 de setembro de 1997, regulamentada pelo Decreto Governamental nº 7.223/98, de 20 de janeiro de 1998, foi instituída na UNEB a estrutura orgânica com base em Departamentos (BOAVENTURA, 2009, 2011). Criada sob forma de Autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação, a UNEB⁵ possui 29

5 Disponível em: <<https://portal.uneb.br/seavi/wp-content/uploads/sites/134/2019/04/Anu%C3%A1rio-UNEB-em-Dados-2018-base-2017.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2019

Departamentos, sediados em 24 campi, localizados em centros regionais de médio e grande porte.

Com base em dados de 2017, a UNEB oferta 130 cursos, nas seguintes modalidades: 56 cursos de bacharelado com 11.043 matriculados; 01 curso tecnológico com 22 matriculados e 73 cursos de licenciatura, com 12.499 matriculados, o que totaliza 23.564 matrículas, na graduação. Ainda conforme dados de 2017, a UNEB conta com um quadro de 2.397 docentes; 24.596 discentes e 1.525 técnicos. Em 17 programas stricto sensu foram realizadas 1.032 matrículas, o que resultou em 239 dissertações e 22 teses, além de 1.446 atividades de extensão.

Constituída sob o regime multicampi, tendo como inspirações modelos da Universidade Estadual da Pennsylvania, da UNICAMP (Universidade de Campinas), da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) e da USP (Universidade de São Paulo), desde o início, a UNEB teve relevante contribuição da Universidade de Québec para o estabelecimento de intercâmbio e cooperação técnico-científica. Com o seu reconhecimento em 1995, através da Resolução nº. CEE 115/95, homologada pela Resolução CFE nº. 351/95 e Portaria Ministerial nº. 909 de 31 de julho de 1995, consolida-se o acesso ao ensino superior no interior do Estado (BOAVENTURA, 2009).

Além das ações de ensino, pesquisa e extensão, a UNEB desenvolve ações com vistas ao fortalecimento das “identidades culturais, acolhendo as diversidades e assegurando o acesso à produção e consumo de bens culturais”⁶

4.1.3 A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

A UESB foi fundada conforme Lei Delegada nº. 12 de 30 de dezembro de 1980, no Governo de Antonio Carlos Magalhães. Com sede em Vitória da Conquista, possui 02 campi: Jequié e Itapetinga. De cunho regional, a UESB, surge da reunião da Faculdade de Formação de Professores e da Escola de Administração localizadas em Vitória da Conquista; da Faculdade de Formação de Professores de Jequié e da Escola de Zootecnia de Itapetinga (NEVES, 1987; BOAVENTURA, 2009).

Com 47 cursos de graduação distribuídos em seus campi, incluindo a sede, oferece, anualmente, três mil vagas. No stricto sensu, conta com 19 mestrados, 6 doutorados e 15

⁶Disponível em: < <https://portal.uneb.br/> > Acesso em: 18 set. 2019

especializações (lato sensu), além de 113 grupos de pesquisa e 160 ações extensionistas aprovadas, em 2019⁷.

Em sua região de atuação, a UESB tem promovido atividades de inclusão social, de incentivo à arte, à cultura e ao esporte, estabelecendo forte relação de pertencimento.

4.1.4 A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

A UESC, situada no município de Ilhéus, é oriunda de 3 unidades de educação superior da região do cacau, criadas na década de 60: Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna, Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna. Não obstante ser a última universidade estadual a ser criada, as instituições da qual foi originária datam do ano de 1961. (MIDDLEJ, 2004; CUNHA, 2002; BOAVENTURA, 2009).

As três IES, conforme registra Boaventura (2009), reunidas em 1974, deram origem à FESPI, que contou com o apoio da Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) para construção das suas instalações. Com a crise econômica iniciada em 1987 e o enfraquecimento institucional da CEPLAC, a FESPI enfrenta dificuldades para custear a sua manutenção. Começam daí as mobilizações da classe política e de segmentos organizados da sociedade da região, notadamente de Ilhéus e Itabuna, no sentido de evitar a sua extinção. Em face à recusa do então presidente José Sarney para a sua federalização, a única alternativa foi a estadualização, que veio a ocorrer com a sua transformação em universidade, em 5 de dezembro de 1991, no governo de Antonio Carlos Magalhães, através da Lei Estadual 6.344/91 (MIDDLEJ, 2004; BOAVENTURA, 2009).

Com base em relatório da UESC⁸, no segundo semestre de 2017 foram realizadas 5.891 matrículas em seus diversos cursos. Durante o ano letivo de 2017 foram realizadas atividades de extensão com 9.3475 pessoas envolvidas e 462 projetos de pesquisa. No programa strictu sensu, no período considerado, foram realizadas 564 matrículas no mestrado e 194 no doutorado.

Pelo que fora exposto é cabível inferir que as universidades públicas estaduais da Bahia apresentam forte interação regional. As suas funções institucionais de pesquisa, ensino e

⁷Disponível em: <<http://www2.uesb.br/proreitorias/prograd/cursos/>> Acesso em: 18 set. 2019
<http://www2.uesb.br/noticias/administracao-central-divulga-relatorio-de-atividades-da-gestao/> Acesso em 19 set. 2019

⁸Disponível em: <http://www.uesc.br/asplan/relatorios/uescemdados/dados2017.pdf>. Acesso em: 19 de set. 2019

extensão se manifestam como um poderoso vetor de desenvolvimento, na medida em que contribuem para a formação do indivíduo e para a sua qualificação profissional, promovem e difundem conhecimento e estimulam as vocações e potencialidades regionais.

5. CONCLUINDO, como possibilidade para outros caminhos.

As universidades estaduais desempenharam, em primeiro momento, e ainda desempenham, relevante papel para o desenvolvimento da região onde se inserem e da região de seu entorno, seja através do ensino, da pesquisa ou da extensão.

Em sua gênese, o sistema estadual de ensino superior atuou diretamente na melhoria da educação, ao se concentrar, inicialmente, na formação de professores para o ensino básico.

Esta decisão se mostrou estratégica para o projeto de desenvolvimento das regiões interioranas, em face da inexistência de uma rede de educação superior nas principais cidades do Estado, voltada a formar professores para as séries iniciais e para habilitação de profissionais. Ademais, possibilitou as condições para fixação de jovens e famílias em seu ambiente, na medida em que supria as deficiências deixadas pela falta de vontade política ou omissão do governo federal em implantar uma estrutura de educação superior, no Estado da Bahia, que desse suporte ao projeto de desenvolvimento que ora perseguia.

O momento histórico requeria ações efetivas para atenuar as diferenças regionais e evitar que se reeditasse a dualidade própria do binômio centro-periferia. Sob este aspecto, a decisão do governo do Estado da Bahia em promover a interiorização do ensino superior mostrou-se, além de corajosa, ousada. Naquele momento, as dificuldades pareciam intransponíveis, em razão da inexistência de massa crítica para dar suporte ao empreendimento, e do extraordinário aporte de recursos necessários para implantar e manter a estrutura universitária que se pretendia disseminar pelo interior da Bahia.

Ao longo dos anos, sem se descolar desta vocação primeira – formação de professores – o sistema público estadual de educação superior da Bahia, com a implantação das universidades estaduais, gradativamente, direciona-se também à habilitação

profissional, de maneira a qualificar indivíduos para atuarem em outros segmentos da atividade socioeconômica, bem como para formar uma elite dirigente.

Muitos estudos sobre a relação universidades e desenvolvimento regional têm sido realizados. O estudo realizado pelo professor Roberto Paulo de Machado Lopes, em Vitória da Conquista, identifica os impactos produzidos na economia local, em função dos gastos realizados para funcionamento da UESB. O estudo concluiu que os gastos da universidade contribuem para movimentar a economia local e proporcionam o retorno significativo, por via dos impostos estaduais arrecadados no município. Além disso, a UESB atua na formação de profissionais e presta serviços à comunidade, o que lhe confere dimensão de importância para o desenvolvimento local (LOPES, 2001).

O estudo realizado pela professora Moema Maria Badaró Cartibani (MIDLEJ, 2004) resgata a trajetória do processo de interiorização da educação superior do Estado, com destaque para a inter-relação entre a UESC (universidade) e a região. Em suas conclusões, a autora evidencia a relevante influência e identidade da Instituição para com o seu contexto histórico, social, econômico e político, que atua como agente de transformação. Destacam-se, ainda, as publicações de autores que tratam do tema, como Almeida (2005), Fialho (2006; 2011), Boaventura (2009; 2011), Cunha (2001), Neves (1987) Serpa (1995) e outros apontados no decorrer da presente discussão.

Constata-se, pelos dados apresentados, que as universidades estaduais continuam prestando relevante contribuição para formação de professores e para habilitação de profissionais. Os cursos na área de Saúde têm contribuído para a expansão e qualificação da rede hospitalar e da assistência à saúde. Os cursos na área de Ciências Sociais Aplicadas voltam-se à melhoria das atividades nas áreas industrial, pública, de serviços e comércio, sem contar com os cursos voltados à área tecnológica. De modo geral, as universidades têm participado ativamente em prol do desenvolvimento do Estado e da melhoria das condições de vida da sociedade.

E lícito admitir que o processo de ocupação do espaço territorial por meio da política de interiorização do ensino superior possibilitou que as universidades estaduais firmassem um vínculo identitário e de pertencimento à sua região de inserção e de seu entorno, buscando adequar-se às dinâmicas socioeconômicas, específicas da sociedade de inserção. Portanto, percebe-se que as universidades estaduais têm exercido o papel de agente de transformações, quando se compreende, segundo Midlej (2008, p. 226), que “O DESENVOLVIMENTO traduz a realização das potencialidades humanas no sentido

positivo e é entendido como um processo de **transformação** extensa, resultante de inovações nos sistemas econômico e social, com reflexos na qualidade de vida [...].”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gustavo Roque de. **A expansão do ensino superior na Bahia: a ação do governo estadual**. 2005. 73f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Salvador, 2005.

AGUIAR, Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. **Desenvolvimento Econômico Regional**, Salvador, n. 3, 1958.

ALBAN, Marcus. O novo enigma baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova capital. **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** – ANPUR. Salvador, maio 2005.

BAHIA. PLANDEB – **Plano de Desenvolvimento da Bahia 1960-1963**. Salvador, 1963.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da universidade baiana: objetivos,, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009. 272 p.

_____. As universidades estaduais da Bahia e o desenvolvimento regional. In: FIALHO, Nadja Hage. **Políticas de educação superior: impactos nos processos de ensinar e aprender na universidade**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos de educação superior no estado da Bahia**. 2002. 219f. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador - Ba, 2002.

FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho. **A contribuição da universidade estadual do sudoeste da Bahia (UESB) para o desenvolvimento regional**. 2011. 204f. Dissertação (mestrado). Faculdades Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, MG, 2011.

FIALHO, Nádia Hage. Universidades estaduais da Bahia. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**. Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, Salvador, v2 , n. 2 - jun. 2004– Salvador, 2006.

GUERRA Osvaldo; TEXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v.10, n.1 p. 87-98, jun. 2000.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e região**: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. 273 fls. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação. Salvador, 2004.

NEVES, Fagundes Erivaldo. A ação do governo do estado no processo de interiorização do ensino superior da Bahia. **Sitientibus** - Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Feira de Santana, 4 (7): 113-119, 1987.

SPÍNOLA, Noelio D. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: UNIFACS, 2009a.

_____. O PLANDEB. **RDE**. Salvador, BA. Ano XI, nº 20 , julho de 2009b.

SERPA, Luiz Felipe Peret. Transformar a educação na Bahia. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 4, n.4, p. 5-11, mar., 1995.

OLIVEIRA, Crispiniano Carneiro de. Expansão e interiorização da educação superior pública e gratuita: uma análise da oferta e financiamento. Bahia 2002 – 2006. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, nov. 2009.